

# Bancos pressionam Brasil a acordo convencional

**Roberto Garcia**  
Correspondente

NOVA IORQUE — Numa reunião de cinco horas ontem de tarde no edifício do Citicorp, representantes dos credores estrangeiros tentaram convencer o governo brasileiro a aceitar um esquema tradicional de reestruturação da dívida externa. Os bancos credores entregaram ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, um documento de duas páginas, ressaltando que a melhor forma de o Brasil normalizar suas relações com o sistema financeiro internacional é aceitar normas de mercado na negociação do novo pacote de refinanciamento.

Os bancos deixaram claro que querem dar menos que os 10 bilhões de dólares pedidos pelo Brasil em novos empréstimos, desejam ter lucros nessa operação — o que significa *spreads* semelhantes aos pagos pela Argentina, Brasil e México — bem como prazo máximo de 20 anos para amortização. Mas eles aceitam incluir no *menu* de opções tanto conversão da dívida em títulos como em investimentos em empresas brasileiras, reivindicados para o Brasil. Ao contrário de muitos rumores, os credores indicaram que estão dispostos a manter estáveis as linhas de curto prazo que financiam o comércio exterior e os principais bancos brasileiros. Essas linhas estão oscilando entre 14 e 14,5 bilhões de dólares, atualmente, o que significa uma perda mínima de aproximadamente 800 milhões de dólares desde a moratória brasileira.

Além de uma discussão geral dos princípios que deverão reger as negociações e do estabelecimento de uma agenda de trabalho, a segunda reunião entre a equipe brasileira liderada por Fernando Milliet, do Banco Central, e os ban-



**Fernando Milliet**

cos, presididos por William Rhodes, terminou sem chegar a outras conclusões. A próxima série de discussões deverá começar no dia 13 próximo e durar cerca de 10 dias. Até lá, um grupo de economistas dos bancos visitará o Brasil para levantar informações sobre as necessidades de financiamento do Brasil nos próximos três anos e conferir as projeções de pagamentos e da balança comercial.

Quando voltarem a se reunir, negociadores brasileiros e dos bancos formarão quatro grupos de trabalho para discutir o montante exato dos novos empréstimos, a conversão da dívida em títulos (*securitização*), conversão em investi-



**William Rhodes**

mentos e, finalmente, mecanismos de reempréstimo pelos bancos do montante acumulado em cruzados no Banco Central.

Como sempre insistiram nas negociações com todos os grandes devedores nos últimos anos, os bancos querem dividir as responsabilidades de financiamento do Brasil com organismos multilaterais de crédito (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) e agências governamentais de financiamento de exportação (Eximbanks englobados pelo Clube de Paris). Eles estão especialmente preocupados com a recusa dessas agências em reabrir as portas ao Brasil. Isso obriga os bancos privados

a aumentarem sua participação nos pacotes de financiamento.

William Rhodes, presidente do comitê de 14 bancos que representa mais de 600 credores estrangeiros do Brasil, ressaltou durante a reunião que deseja informações muito mais frequentes e pormenorizadas a respeito da política econômica em geral e especialmente da política cambial e comercial do governo Sarney. Ele lembrou que o organismo internacional mais bem equipado para fazer esse acompanhamento é o FMI.

A reunião de ontem foi realizada no auditório da firma Shearman and Sterling, que presta assessoramento jurídico ao Citicorp. A firma tem escritórios no próprio edifício do Citicorp, um enorme arranha-céus que toma um quarteirão inteiro no centro de Manhattan, dando uma face para a Madison Avenue e outra face para a Lexington Avenue.

Embora tivessem sido marcadas para começar às 10h, as discussões sofreram atraso de 40 minutos. Cerca de 50 banqueiros representando 14 instituições credoras estavam na sala, e a equipe brasileira estava constituída por 14 pessoas. Na primeira hora os únicos interlocutores foram Fernando Milliet e William Rhodes. Quando Rhodes entregou um documento de duas páginas com os princípios gerais da negociação, Milliet pediu um recesso para consultar seus assessores, que durou cerca de duas horas. Nesse período, ele discutiu a tática que adotaria para discutir o documento. A sessão foi reaberta com um grupo seletivo de cinco brasileiros e cerca de oito banqueiros. Depois de conversarem por cerca de mais de uma hora, convocaram uma sessão plenária da comissão e passaram até às 15h40min discutindo.